

## Os Intervalos do Apego: Ser e Habitar na velhice

Sá Resende Pedroso, Emmanuel

*Universidade Federal de Juiz de Fora, Brasil*

✉ emmanuel.pedroso@arquitetura.ufjf.br

ORCID ID: 0000-0001-5000-2352

Documento recibido:

20 diciembre 2019

Aprobado para publicación:

19 febrero 2020

---

### Resumo

As expectativas do indivíduo que alcança a velhice diante do meio extrapolam as questões funcionais, assumindo um caráter sobre tudo afetivo. Aqui se instala o objetivo geral deste estudo, que consiste em compreender os intervalos do apego, as relações afetivas existentes entre o idoso e o ambiente construído. A técnica da documentação indireta proporcionou uma revisão bibliográfica sobre temas e conceitos referentes ao envolvimento social, cultural e histórico da pessoa idosa com o espaço que, por sua vez, embasaram e viabilizaram a reflexão proposta. Assim, foi possível apreender a existência de elos afetivos entre o idoso e elementos espaciais presentes no meio, aqui denominados intervalos do apego.

### Palavras - chave

idoso; ambiente construído; afetividade; intervalos do apego

---

### Abstract

The expectations of those who reach old age regarding environment extrapolate functional issues and assume, above all, an affective stance. Here it lies the main goal of this study, which consists in comprehending attachment intervals – existing affective relations between the elderly and the built environment. The indirect documentation technique allowed bibliographical revision on themes and concepts referring to social, cultural and historic involvement of the elderly with space which, by its turn, base and make feasible the proposed reflection. Therefore, it was possible to apprehend the existence of affective bond between the old person and spatial elements present in the environment, hereby called attachment intervals.

### Keywords

elderly; built environment; affectivity; attachment intervals.

---

## Resumen

Las expectativas del individuo que llega a la vejez frente al medio extrapolan las cuestiones funcionales, asumiendo un carácter muy afectivo. Aquí se instala el objetivo general de este estudio, que consiste en comprender los intervalos del apego, las relaciones afectivas existentes entre anciano y ambiente construido. La técnica "documentación indirecta" proporcionó una revisión bibliográfica sobre temas y conceptos referentes a la participación social, cultural e histórica de la persona anciana con el espacio que, a su vez, construyeron y viabilizaron la reflexión propuesta. Así, fue posible percibir la existencia de enlaces afectivos entre anciano y elementos espaciales presentes en el medio, aquí denominados intervalos del apego.

## Keywords

anciano; ambiente construido; afectividad; intervalos del apego.

---

### 1. Introdução

O ambiente construído voltado hoje para o atendimento à pessoa idosa<sup>1</sup> é caracterizado, em muitos casos, pela adoção de soluções e elementos e distantes daqueles com os quais ela conviveu ao longo da vida, muitas vezes aplicações diretas de normas e cartilhas técnicas. Essas alterações ocorridas no espaço levam, por vezes, à sua não apropriação pelo idoso e à possível perda da qualidade de vida desse indivíduo. Tal conjuntura constitui uma lacuna existente no que diz respeito ao planejamento de vários espaços destinados à pessoa idosa, os quais se caracterizam, em muitos casos, pela ausência de uma continuidade entre os ambientes construídos/vivenciados pelo ser humano ao longo da vida, de forma geral. É preciso, sim, considerar as relações afetivas existentes entre o idoso e o meio, aqui denominados intervalos do apego. Este constitui o objetivo do presente trabalho. Uma vez apreendidas as conexões entre a pessoa idosa e as condicionantes espaciais vinculadas a aspectos sociais, culturais e históricos desse indivíduo, será possível não somente embasar estudos científicos subsequentes focalizados nos temas terceira idade, afetividade e ambiente, mas também subsidiar trabalhos práticos voltados à concepção de espaços adequados às expectativas do Ser que chega à velhice.

### 2. Metodologia

A metodologia adotada neste estudo engloba o embasamento teórico necessário à reflexão acerca da relação afetiva entre o idoso e o ambiente construído e à proposição dos intervalos do apego. A utilização, pois da técnica da documentação indireta possibilitou a revisão bibliográfica necessária. Segundo Marconi e Lakatos (2009: 176), a técnica da documentação indireta "é a fase da pesquisa realizada com intuito de recolher informações prévias sobre o campo de interesse", que pode ser realizada por meio de pesquisa documental (ou de fontes primárias) e/ou bibliográfica (ou de fontes secundárias). Seu emprego neste trabalho permitiu a revisão da literatura mediante pesquisa bibliográfica realizada em publicações selecionadas a partir de sua representatividade junto aos temas abordados – idoso, afetividade e identidade – e de sua capacidade de embasar reflexões contemporâneas, como a realizada no presente estudo. Assim, as fontes consultadas foram reuni-

---

<sup>1</sup> No Brasil, segundo a Política Nacional do Idoso (Lei nº 8.842 de 1994) e o Estatuto do Idoso (Lei nº 10.741 de 2003), considera-se a pessoa idosa quando esta ultrapassa a idade de 60 anos.

das em torno dos dois pontos que estruturam esta pesquisa: a relação da pessoa idosa com a sua memória e sua identidade; e a presença deste caráter identitário em elementos espaciais existentes no meio. Enquanto as ponderações realizadas no primeiro ponto permitiram o entendimento do idoso como personificação dos atributos sociais, culturais e históricos do meio que habita, as questões abordadas no segundo ponto viabilizaram a compreensão da existência dessas mesmas características – sociais, culturais e históricas, que levam à constituição da identidade – no espaço no qual esse mesmo indivíduo se insere. A partir, pois, das discussões geradas junto aos dois pontos citados, foi possível alcançar convergências entre ambos que permitiram a apreensão da existência não somente de elementos espaciais detentores de um caráter afetivo para a pessoa idosa como também dos intervalos do apego atuantes entre o idoso e o Lugar.

### 3. Ser e Habitar na velhice

De acordo com Rossi (2010), na visão linear do tempo, este pode se apresentar como uma flecha, na qual não há repetições e os eventos são singulares, individuais. Todavia, o mesmo autor aponta que, contrário a essa afirmação, há o entendimento de que traços do passado estão representados no presente, que há renascimentos e retornos. Assim, a flecha se funde à ideia de ciclo. O ciclo de vida do indivíduo, a partir do qual Rossi (2010) atenta para uma possível analogia com a evolução da vida da própria espécie humana, torna o idoso um elo entre gerações e personagem central no desenvolvimento humano, além de guardião das cargas social, cultural e histórica de seu povo, advindas de sua vivência. Miranda (2007) corrobora tal entendimento, ao afirmar que:

*[...] é na memória do que fomos que evoluímos para um caminho onde podemos eleger o que temos de melhor. E na humanidade é o idoso que tem em seu corpo guardadas as histórias e os aprendizados que nos conduziram até o presente (Miranda, 2007: 9).*

Por conseguinte, a ciência acerca do envelhecimento humano constitui um ponto fundamental para a compreensão do corpo e das atitudes da pessoa idosa. Segundo Tótoro (2015: 171):

*Há uma economia do corpo na velhice, exprimível nos gestos contidos, porém gestos intensos, potentes e focados. [...] A sensibilidade dos velhos exige uma delicadeza de relações, próprias daqueles que desenvolveram um gosto apurado e não digerem qualquer coisa.*

De acordo com Coelho Netto (1999: 118), “[...] um espaço é semantizado, recebe referências através e a partir do corpo humano. É, inquestionavelmente, a partir do corpo que se vive um espaço, que se produz um espaço [...]”. O corpo do indivíduo é, pois, sua primeira morada e ponto inicial de seu contato e identificação com o meio. Logo, na velhice, esse Ser traz consigo não somente os impactos do processo de envelhecimento, mas também a vivência e a experiência acumuladas ao longo do tempo. Como processo, o envelhecimento acarreta uma série de mudanças perceptíveis nas relações estabelecidas entre o indivíduo e seu corpo, e desse mesmo ser com a sociedade. Segundo Vigarello (2016: 40):

*[...] o corpo é, primeiramente, senão exclusivamente, relação com o mundo. É o lugar experimentando as coisas, comunicando-se com elas, medindo-as, avaliando-as. As “aproximações” se repetem: “invólucro”, “muralha”, “fortaleza” sitiada pelo espaço. Os sentidos não podem ser senão “exteriorizados”. Eles informam.*

O estudo acerca da relação entre indivíduo e ambiente parte do conhecimento do Ser. Ao alcançar a terceira idade, o Ser apresenta especificidades, questões inerentes ao processo de envelhecimento, que devem ser consideradas. Tais pontos, por sua vez, levam a compreensão do idoso a ultrapassar uma caracterização cronológica e considerar tanto os seus atributos funcionais quanto a sua relação com a memória.

Ao romper as expectativas sociais, por vezes ainda vigentes, atreladas ao que Azevedo (2007) chamou de *forças de mercado*, as quais acabam por focalizar o presente e marginalizar a velhice, o idoso se apresenta – e deve ser compreendido – não como o indivíduo em declínio, mas, como afirma Oliveira (2013), como o ser no ápice de sua existência, condicionado pelo tempo e detentor do conhecimento. Por esse ângulo, o vínculo que a pessoa idosa constitui com o meio acaba por se basear no seu percurso vivencial e, sobretudo, nos aspectos que rodeiam sua existência social, cultural e histórica.

Mesmo caracterizado por um processo gradativo de perda da capacidade funcional, o envelhecimento também está relacionado à grande parte do percurso de vida do indivíduo que o leva a adentrar a velhice como o ser humano mais susceptível à detenção do conhecimento. Jesuíno (2015: 300) corrobora tal entendimento, ao afirmar que:

*mesmo num corpo que não deixa de nos atrair e abandonar, há um espírito que sabe tirar partido da passagem dos anos, que sabe destilar a experiência acumulada através de múltiplos encontros, revelando-se esse saber na capacidade de emitir juízos e de tomar decisões invariavelmente justas, tanto para si como para os outros e que de algum modo possam constituir exemplos paradigmáticos, guias de conduta, reforçando o argumento ético de uma época, de uma cultura, de uma civilização.*

O idoso carrega consigo atributos sociais, culturais e históricos da coletividade à qual pertence. Essas características são transmitidas entre gerações. Como afirma Bosi (1994: 407), “é preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas ideias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma *história* dentro da gente [...]”. Igualmente, a autora ressalta que a função social do idoso é “[...] unir o começo e o fim, ligando o que foi e o porvir” (Bosi, 1994: 18). Além disso, Beauvoir (1990: 469) aponta que “a noção de experiência é válida na medida em que remete a um aprendizado ativo”. Logo, as cargas social e cultural, adquiridas pela pessoa idosa ao longo da vida, acabam por constituir a sua experiência a ser transmitida às gerações seguintes. Esse conhecimento do qual o idoso é portador assume um caráter histórico, ao aproximar-se da história vivida, real e verossímil, descrita por Halbwachs (2004) em uma comparação com a história escrita, deliberada e susceptível à manipulação. Além disso, deve ser considerado o fato de que o indivíduo pertence a um grupo e que, por mais que existam experiências pessoais, muitas delas são compartilhadas com a coletividade. O autor em questão parte desse entendimento para destacar a complementaridade existente entre as memórias individual – interna, pessoal ou autobiográfica, e coletiva – externa, social ou histórica.

Lopes (2007) também compreende haver uma relação entre o individual e o coletivo. Segundo a autora, “[...] devemos pensar em subjetividades historicamente situadas e, nessa perspectiva, depoimentos singulares permitem captar o que é coletivamente valorizado” (Lopes, 2007: 142). Portanto, aspectos de uma determinada coletividade são passíveis de identificação a partir da análise de seus membros.

No entanto, o reconhecimento e o respeito para com a pessoa idosa ainda encontram barreiras nos dias atuais. Aqui, é importante salientar que o isolamento social característico da velhice e a consequente solidão do indivíduo, citados por Todorov (2014) e Elias (2001), certamente contribuem para a marginalização do idoso.

Ao recolher e condensar os resultados do enfrentamento de suas crises e tarefas decorrentes ao longo da vida, o idoso acaba por personificar as características sociais, culturais e históricas de seu meio. Logo, além de atender às demandas advindas das transformações físicas e cognitivas próprias da pessoa idosa e problemas psicossociais pelos quais ela pode passar o ambiente do qual usufrui deve incorporar elementos espaciais com os quais ela se identifica, elementos identitários, de maneira a permitir a existência de vínculos afetivos, de intervalos do apego. Dessa forma, o elo indivíduo/meio, construído desde a infância, poderá ser preservado na terceira idade, o que certamente irá refletir de maneira positiva na autonomia, na independência e na identidade do idoso.

O tempo do indivíduo remete diretamente ao período de sua existência. Ao trilhar este percurso vivencial, uma vez idoso, esse Ser tende a preservar características sociais, culturais e históricas adquiridas ao longo desse caminho, atuantes não somente no seu reconhecimento como pessoa, mas também na constituição de seus laços afetivos e sentimento de pertencimento com relação ao espaço físico.

O tempo é geralmente modelado de acordo com as fases recorrentes da natureza: das estrelas ou da Terra em rotação e revolução. O homem moderno reconhece essas fases recorrentes, mas, para ele, pouco mais são do que ondas na direção da corrente do tempo. O tempo, para ele, tem direção, a mudança é progressiva (Tuan, 2012: 207).

A relação existente entre os tempos cíclico e linear, relatada por Tuan (2012), reitera a fusão entre a flecha e o ciclo, vista em Rossi (2010), bem como a possível analogia de tal constatação com a evolução humana. Mas aqui, as cargas social, cultural e histórica da pessoa idosa encontram outra abordagem: elas reverberam no espaço habitado pelo idoso.

Baudrillard (2002) comenta que os objetos possuem não somente uma função prática, mas também uma função imaginária. Segundo o autor, ambas as funções são “[...] o reflexo de toda uma visão do mundo onde cada ser é concebido como um ‘vaso de interioridade’” e as relações como correlações transcendentais das substâncias – sendo a própria casa o equivalente simbólico do corpo humano [...] (Baudrillard, 2002: 34). Dessa forma, ele aponta que “na criação ou fabricação de objetos o homem se faz, pela imposição de uma forma que é a cultura, transubstanciador da natureza [...]” (Baudrillard, 2002: 34). As afirmações do autor em questão podem ser aplicadas diretamente na relação entre o idoso e o ambiente construído. Há, pois, uma identidade comum entre a pessoa idosa e o meio. Este, um edifício ou o espaço urbano, além de elementos funcionais, deve conter elementos identitários, símbolos da afetividade, consequência de sua vivência e base para a configuração dos intervalos do apego.

#### 4. Intervalos do Apego

Como cenário das relações humanas, o ambiente acaba por incorporar as diversas demandas referentes ao dia a dia de qualquer indivíduo, em especial da pessoa idosa. Tal constatação é evidenciada nas três necessidades espaciais do idoso, estabelecidas por Hunt (1991): (1) as necessidades físicas, relacionadas aos aspectos físicos do indivíduo e do meio, contemplando sua saúde física, segurança e conforto; (2) as necessidades informativas, referentes à maneira como o idoso processa as informações do ambiente, estando diretamente

ligadas à sua percepção e cognição; e (3) as necessidades sociais, que contemplam a demanda da pessoa idosa tanto por sua privacidade quanto por seu convívio social. Juntas, as necessidades espaciais descritas por Hunt (1991) podem ser compreendidas como as demandas a serem contempladas por um ambiente funcional, um espaço que atenda às condições físicas e mentais do idoso e forneça suporte à realização de suas atividades. Perracini (2013: 1311) afirma que há uma “[...] estreita relação entre o ambiente e o comprometimento funcional em idosos”. Para a autora, existem aspectos como acessibilidade e uso; facilidade de circulação; conservação de energia; comunicação; segurança; proteção; e privacidade devem nortear a elaboração de ambientes para os idosos (Perracini, 2013).

A obtenção de um ambiente funcional e seguro para o idoso passa, necessariamente, pelo conceito de acessibilidade, que pode ser definida como:

*A possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informações e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida (Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015: 2).*

A promoção da acessibilidade no ambiente construído está condicionada à identificação e à superação de barreiras. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência<sup>2</sup>, também denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência, (Lei nº 13146 de 2015), as barreiras são “qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade [...]” (Brasil, 2015: s/p.). Ainda de acordo com a mesma lei, as barreiras podem ser classificadas em: (1) urbanísticas; (2) arquitetônicas; (3) nos transportes; (4) nas comunicações e na informação; (5) atitudinais; e (6) tecnológicas (Brasil, 2015).

Não há dúvidas que o espaço usufruído pelo idoso deve ser acessível. A supressão de barreiras acaba por tornar o ambiente acessível, passível de apropriação por um número maior de indivíduos. Todavia, esse vínculo entre o ser humano e o meio carece de uma identificação da pessoa – no caso do presente trabalho, do idoso – com o espaço, que pode ser verificada por meio da existência de elementos identitários e, consequentemente, de intervalos do apego. Assim, é necessária a convergência entre acessibilidade e afetividade, de modo que o ambiente seja ao mesmo tempo acessível e detentor das cargas social, cultural e histórica do indivíduo ao longo de todas as etapas de sua vida, sobretudo na velhice.

A relação entre o Ser e o ambiente não ocorre somente pelo uso, mas também pela apropriação. Lopes (2006: 137) afirma que “o espaço é simultaneamente um suporte físico e social e um código cultural”. Logo, o ambiente destinado ao Ser, além de atributos funcionais<sup>3</sup>, deve com ele estabelecer um vínculo, ter com ele uma identidade comum. Tal característica, resultado do percurso vivencial humano, encontra na pessoa idosa o seu ápice. Sendo assim, o estudo da relação entre a pessoa idosa e o ambiente deve ser focalizado na existência de elementos espaciais tanto funcionais quanto afetivos, identitários.

---

<sup>2</sup> Embora a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13146 de 2015), no tocante a barreiras e a outros aspectos, faça menção à pessoa com deficiência, o mesmo documento também considera a pessoa com mobilidade reduzida, na qual se inclui o idoso (Brasil, 2015).

<sup>3</sup> Aqui, entende-se como elemento funcional uma característica formal/especial do ambiente, relacionada à capacidade funcional do indivíduo – neste caso, o idoso – e às atividades por ele realizadas.

As relações afetivas existentes entre o indivíduo e seus elementos identitários – no caso, o idoso – configuram os intervalos do apego, associados diretamente ao sentimento de pertencimento e à constituição do lugar. Por isso, o estudo acerca da relação entre a pessoa idosa e o ambiente deve considerar a afetividade. A afetividade pode ser descrita como o vínculo estabelecido entre o indivíduo e o lugar baseado, de acordo com Augé (1999) e Tuan (2012, 2013), na existência de uma identidade comum, nas relações sociais empreendidas e na história desse Ser.

A identidade, por sua vez, está relacionada ao reconhecimento do próprio indivíduo como Ser e, ao mesmo tempo, parte de algo maior. Nesse ponto, Ferrigno (2006: 12) afirma que:

*A ideia de identidade nos remete a indagações de natureza filosófica e psicológica a respeito de quem somos, ou seja, de quais são nossas características, singularidades e idiosincrasias, que nos distinguem como indivíduos e também como membros de determinados grupos sociais. No primeiro caso, falamos de uma identidade pessoal, no segundo, de uma identidade social. A associação a grupos sociais mais próximos ou mais distantes, pequenos ou abrangentes, constrói nossa identidade, [...] No entanto, os limites semânticos que separam a ideia de identidade pessoal e de identidade social são imprecisos, exatamente porque não é possível pensar o indivíduo sem levar em conta a sociedade em que vive, assim como a reflexão sobre o social não prescinde da consideração sobre as atitudes e os comportamentos daqueles que a compõem. Podemos, então, falar de uma identidade psicossocial para nos referirmos a essa zona de intersecção, a essa fronteira. [...] O termo "identidade psicossocial" [...] chama-nos a atenção para uma área comum entre o indivíduo e o grupo e considera o trabalho individual na elaboração da identidade grupal, revelando, entre outros aspectos, os sentimentos de pertencimento ou de pertença a um determinado grupo [...]*

Entretanto, o sentimento de pertencimento, fundamental para a constituição da identidade da pessoa, não se restringe ao grupo ou grupos dos quais ele faz parte, mas a todo o meio ao seu redor. Logo, esse vínculo acaba por abranger também o espaço físico que tal ser escolhe como seu, em especial aquele em que habita. A identificação entre o indivíduo e o ambiente torna possível, pois, que este seja habitado. Pallasmaa (2017: 7-8) ressalta a existência de uma correspondência entre o indivíduo e o espaço, ao dizer que:

*O ato de habitar é o modo básico de alguém se relacionar com o mundo. É fundamentalmente um intercâmbio e uma extensão; por um lado, o habitante se acomoda no espaço e o espaço se acomoda na consciência do habitante, por outro, esse lugar se converte em uma exteriorização e uma extensão de seu ser, tanto do ponto de vista físico quanto mental.*

Assim, embora o ambiente possa fornecer suporte funcional à pessoa idosa, ele somente será um lugar para o idoso mediante a existência de elementos que representem essa identidade comum, de elementos identitários, e da consequente constituição de intervalos do apego.

Dada a reciprocidade existente entre a arquitetura e a cidade, alguns estudos, como os realizados por Lynch (1997), Cullen (2004) e Leitão (2002), embora focalizados no espaço urbano, apontam importantes conceitos e questões a serem considerados junto ao objeto arquitetônico.

Para Lynch (1997: 4), a relação entre o ser humano e o meio é baseada na imagem ambiental que, por sua vez, constitui:

*[...] o quadro mental generalizado do mundo físico exterior de que cada indivíduo é portador. Essa imagem é produto tanto da sensação imediata quanto da lembrança de experiências passadas, e seu uso se presta a interpretar as informações e orientar a ação.*

Aqui, é possível verificar o peso das lembranças do passado, o reconhecimento do meio pelo indivíduo. Ainda de acordo com Lynch (1997), a imagem ambiental possui três componentes, sendo eles a identidade (identidade do objeto), a estrutura (relação do objeto com outros objetos e com o observador) e o significado (significado para o observador). A partir da estrutura citada pelo autor, dois paralelos são possíveis: o primeiro deles com a *arte do relacionamento* entre o indivíduo e o meio, verificada em Cullen (2004); o segundo com o entendimento acerca da essência do lar como conteúdo – como a vida ali contida – e da edificação como continente, de Pallasmaa (2017: 16), ao apontar que “uma casa é o invólucro, a casca de um lar. Podemos dizer que a substância do lar seja secretada pelo morador dentro dos contornos da casa”. Neste ponto, fica nítido que essas três questões (estrutura, *arte do relacionamento* e lar como conteúdo) tangenciam a compreensão dos intervalos do apego, na medida em que todos dizem respeito ao espaço intersticial existente entre o indivíduo e a forma do meio, no qual é estabelecida uma relação entre ambos.

Logo, a abordagem do espaço revela-se necessária. Segundo Coelho Netto (1999: 21), o espaço constitui uma semiótica, “[...] um conjunto analisável de signos [...]”. Assim, a imagem ambiental definida por Lynch (1997) se aproxima do efeito decorrente do signo. Para Peirce (2012: 46):

*Um signo, ou representâmen, é aquilo que, sob certo aspecto ou modo, representa algo para alguém. Dirige-se a alguém, isto é, cria, na mente dessa pessoa, um signo equivalente, ou talvez um signo mais desenvolvido. Ao signo assim criado denomino interpretante do primeiro signo. O signo representa alguma coisa, seu objeto. Representa esse objeto não em todos os seus aspectos, mas com referência a um tipo de ideia que eu, por vezes, denominei fundamento do representâmen.*

Segundo Peirce (2012), o signo está ligado ao fundamento, ao objeto e ao interpretante. Assim, com base na sua definição do signo, é possível concluir que ele (o signo) pode ser analisado pelas relações que estabelece consigo, suas propriedades, seu fundamento; com o que representa, designa, denota, o denominado objeto do signo; e com o interpretante e os possíveis tipos de interpretação (Santaella, 2008).

Os signos podem ser ícones (quando o signo se assemelha ao objeto, como uma fotografia semelhante ao objeto fotografado); índice (quando um signo que elucida ou indica algo produzido pelo objeto, como uma ventoinha que pode indicar a direção do vento); e símbolos (quando um signo remete a um objeto por convenções ou regras estabelecidas, podendo ser, por exemplo, uma palavra) (Peirce, 2012).

*Um signo é um ícone, um índice ou um símbolo. Um ícone é um signo que possuiria o caráter que o torna significativo, mesmo que seu objeto não existisse, tal como um risco feito a lápis representando uma linha geométrica. Um índice é um signo que de repente perderia seu caráter que o torna um signo se seu objeto fosse removido, mas que não perderia esse caráter se não houvesse interpretante. Tal é, por exemplo, o caso de um molde com um buraco de bala como signo de um tiro, pois sem o tiro não teria havido buraco; porém, nele existe um buraco, quer tenha alguém ou não a capacidade de atribuí-lo a um tiro. Um símbolo é um signo que perderia o caráter que o torna signo se não houvesse um interpretante. Tal é o caso de qualquer elocução de discurso que significa aquilo que significa apenas por força de compreender-se que possui essa significação (Peirce, 2012: 74).*



A ligação existente entre o signo – ou *representâmen* – e o fundamento, o objeto e o interpretante, mencionada por Peirce (2012), remete a uma estrutura que corrobora a percepção, anteriormente alcançada, do espaço como elo entre o ser humano e os elementos ali presentes. Além disso, o autor cita as diversas apropriações possíveis do signo – como ícone, índice ou símbolo.

Aqui é importante ressaltar que, segundo Leitão (2002: 366), essa compreensão do espaço não é somente individual, mas também coletiva, “[...] uma vez que cada indivíduo está, necessariamente, inserido em uma ordem simbólica, inscrita em uma cultura que lhe é anterior”. Tal afirmação se aproxima da interação entre as memórias individual e coletiva, observada por Halbwachs (2004). Logo, é possível concluir que as cargas social, cultural e histórica de um indivíduo mesmo contendo suas particularidades, são compartilhadas e consideradas pelo meio no qual ele está inserido.

Além disso, Leitão (2002) ainda afirma que a identificação do indivíduo com o meio, mais precisamente com o ambiente construído, é baseada na cultura. Assim, as “[...] características próprias do objeto de identificação se tornam parte constitutiva de quem com ele se identifica (Leitão, 2002: 366). Ao passo que Halbwachs (2004, p.39) corrobora o viés histórico ao afirmar que a lembrança de algo não se restringe à constituição formal/espacial desse elemento, uma vez que nesse processo também são necessários “[...] dados ou “[...] noções comuns que estejam em nosso espírito e também no dos outros”.

Desta forma, no envolvimento do indivíduo com o meio, há uma identidade comum que, por sua vez, remete à cultura e à história da coletividade. Tal ambiente formulado, denominado por Leitão (2002) como o *espaço do afeto*, possui uma importante função simbólica diante da vida humana, como considera Pallasmaa (2017: 8):

*Além dos aspectos práticos de residir, o ato de habitar é também um ato simbólico que, imperceptivelmente, organiza todo o mundo do habitante. Não apenas nossos corpos e necessidades físicas, mas também nossas mentes, memórias, sonhos e desejos devem ser acomodados e habitados. Habitar é parte do nosso próprio ser, de nossa identidade.*

O indivíduo habita um determinado espaço a partir do momento em que se reconhece nele. Tal vínculo, baseado na afetividade, considera aspectos sociais, culturais e históricos desse ser, de maneira que esse *espaço do afeto* – caracterizado a partir da existência de intervalos do apego – assume um papel essencial na afirmação e no reconhecimento da identidade daquele que nele reside.

Quando um significado é atribuído ao espaço, tem-se a constituição do Lugar (Duarte, 2002). A partir da compreensão da experiência espacial por meio dos fixos (elementos aos quais o indivíduo atribui ou reconhece características existentes) e dos fluxos (informações que podem circular entre os fixos, tendo-os como balizadores) – ambos influenciados por filtros biológicos e culturais das pessoas e dos grupos às quais elas pertencem – Duarte (2002: 65) afirma que:

*o lugar é uma porção do espaço significada, ou seja, a cujos fixos e fluxos são atribuídos signos e valores que refletem a cultura de uma pessoa ou grupo. Essa significação é menos uma forma de se apossar desses elementos, e mais de impregná-los culturalmente para que sirvam à identificação da pessoa ou do grupo no espaço, para que encontrem a si mesmos refletidos em determina-*

*dos objetos e ações e possam, assim, guiar-se, encontrar-se e constituir sua medida cultural no espaço.*

Assim, o Lugar, como primeira atribuição semântica dada por um indivíduo a um determinado ambiente, segundo Coelho Netto (1999), parte de uma prática do espaço. Esta, por sua vez, pode ser tanto física quanto imaginária. Enquanto na primeira possibilidade, há menção a uma relação de uso entre o ser humano e o meio, a segunda faz referência à relação entre o imaginário do indivíduo e o espaço. Tais práticas encontram-se ligadas e “[...] dependem de uma ideologia e/ou produzem uma ideologia [...]” (Coelho Netto, 1999: 119). Cabe aqui ressaltar a diferença entre imaginário e ideológico, estabelecida pelo autor, pois para Coelho Netto (1999: 98), enquanto o imaginário pode ser compreendido “[...] como o universo de um modo de relacionamento da consciência individual com objetos reais ou virtuais”, o ideológico, ou seja, a ideologia seria “[...] composta necessariamente por uma verificação da realidade baseada numa multiplicidade de pontos de vista (o aspecto político, o aspecto religioso, o aspecto estético etc.)” (Coelho Netto, 1999: 102).

Dois outros processos podem ocorrer a partir da semantização, segundo Coelho Netto (1999): a suprassemantização e a dessemantização. A suprassemantização do espaço – para a qual o autor também utiliza o termo conotatividade sucessiva – ocorre quando há modificações simples relacionadas à prática física, como a mudança de uso de um ambiente, ou mais complexas, vinculadas à prática imaginária e à atribuição de sobressignificações a um espaço – por meio de um discurso sobre o espaço – como, por exemplo, conotações sucessivas direcionadas a um edifício. Já a dessemantização do espaço – que também pode ocorrer como consequência tanto da prática física quanto da prática imaginária desse espaço – diz respeito à perda do significado do ambiente, resultando no seu abandono. Esse processo pode estar, inclusive, relacionado à suprassemantização de outros espaços, como pode ser verificado em fenômenos de gentrificação. Para Coelho Netto (1999), não há espaço neutro, uma vez que existem muitos significados para cada Lugar e este se encontra vinculado ao indivíduo.

O processo de semantização – e constituição do Lugar – remete à existência da topofilia que, segundo Tuan (2012: 135-136), diz respeito a “[...] todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. O denominado sentimento topofílico é despertado pelo Lugar, por meio dos sentidos humanos. Logo, ainda de acordo com o autor, o declínio funcional decorrente do processo de envelhecimento acaba por influenciar a relação do indivíduo – e a consequente constituição de seu vínculo – com o meio. Assim, a diminuição do espaço percebido pela pessoa idosa faz com que ela se envolva emocionalmente com eventos e objetos próximos, em seus arredores imediatos, de forma semelhante ao verificado junto à criança pequena (Tuan, 2012).

A identidade comum entre o indivíduo e o meio, mencionada anteriormente e baseada na sociedade à qual ele pertence, na sua cultura e na história que ajuda a constituir, possui reflexos diretos no seu conhecimento e no seu ambiente construído. Tal cenário, torna possível a formação do vínculo afetivo ser humano/lugar, elo esse que tende a ser maximizado com o envelhecimento do indivíduo, dada a maior suscetibilidade da pessoa idosa ao acúmulo de aspectos sociais, culturais e históricos.

O laço indivíduo/meio é passível de verificação por meio da apropriação do espaço, definida por Ittelson et al. (1974) como o controle da pessoa sobre o ambiente que, por sua vez, pode ser psicológico ou físico. Enquanto o controle psicológico remete à constituição do espaço pessoal, estabelecido de forma seminal por Sommer (1973: 33) como “[...] uma área com limites invisíveis que cercam o corpo da pessoa, e na qual os estranhos não podem entrar” e que possui uma relação direta com a cultura do indivíduo, o controle físico, por sua vez,

diz respeito à territorialidade e está relacionada à ocupação, personalização, marcação e defesa do território (Stea, 1978). Pallasmaa (2017: 9) também chama a atenção para a necessidade humana de controle e organização do espaço (e do tempo), ao apontar que “somos incapazes de viver no caos espacial, mas também não conseguimos viver fora do tempo e da duração. Ambas as dimensões necessitam ser articuladas e dotadas de significados específicos”.

A apropriação pressupõe o uso<sup>4</sup>. Aqui, Santos (2006: 63) atenta para a relação direta existente entre a ação humana e elementos do meio, ao afirmar que:

*o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá.*

De acordo com Santos (2006) há uma interdependência entre os sistemas de objetos e os sistemas de ações. Para o autor, da mesma forma que os objetos influenciam as atitudes do indivíduo, essas mesmas ações atuam sobre esses elementos ou impulsionam a existência de novos objetos. Para Baudrillard (2002), o caráter tecnológico do objeto – sua função – está inserido em um sistema cultural. Dessa forma, a compreensão do mesmo, ao considerar características da cultural na qual se encontra inserido, extrapola seu caráter funcional.

*O objeto: este figurante humilde e receptivo, esta espécie de escravo psicológico e de confidente tal como foi vivido na cotidianidade tradicional e ilustrado em toda a arte ocidental até os nossos dias, tal objeto refletiu uma ordem total ligada a uma concepção bem definida do cenário e da perspectiva, da substância e da forma. Segundo esta concepção, sua forma é a demarcação absoluta entre o interior e o exterior, é continente fixo, o interior é substância. Os objetos têm assim – os móveis especialmente – além de sua função prática, uma função primordial de vaso, que pertence ao imaginário e que corresponde sua receptividade psicológica (Baudrillard, 2002: 33-34).*

Para o autor, “[...] cada objeto, adicionado a outros, cumpre sua função própria, mas transgride o conjunto, por vezes até cumpre e transgride ao mesmo tempo a própria função” (Baudrillard, 2002:14). Em tempo:

*[...] excetuando-se os objetos técnicos puros com os quais jamais lidamos na qualidade de sujeitos, observaremos que os dois níveis, o de denotação objetiva e o de conotação (por meio da qual o objeto é investido, comercializado, personalizado, por onde chega ao uso e entra em um sistema cultural) não são, nas condições atuais de produção e de consumo, estritamente dissociáveis como os da língua e da fala em Linguística (Baudrillard, 2002: 15).*

Além disso, haja vista a submissão do plano tecnológico do objeto às condições sociais existentes, também acaba por ser observada a necessidade de consideração da época, no estudo da relação indivíduo/objeto.

No conjunto de teóricos que refletiram sobre o sistema de objetos que cerca as sociedades, Baudrillard (2002) estrutura sua análise do objeto por meio de quatro sistemas: o sistema funcional; o sistema não-funcional; o sistema meta e disfuncional e o sistema socioideológico. Enquanto os sistemas meta e disfuncional, e socioideológico abordam, respectivamente, conotações referentes ao caráter funcional do objeto e a questão ideo-

---

<sup>4</sup> Entende-se aqui o uso como prática do espaço que, por sua vez, segundo Coelho Netto (1999), pode ser tanto física quanto imaginária.

lógica a ele atrelada, os dois primeiros sistemas citados acabam por reunir aspectos e características fundamentais em torno de dois pontos básicos a serem considerados na presente pesquisa: o objetivo (sistema funcional) e, sobretudo, o subjetivo (sistema não-funcional). O sistema funcional remete à funcionalidade do objeto, compreendida pelo autor como algo que ultrapassa sua função primária, transformando-o em um elemento de combinação em um sistema de signos. Já o sistema não-funcional implica em objetos que contradizem o aspecto funcional e se aproximam de propósitos como o testemunho e a lembrança.

*Admitamos que nossos objetos cotidianos sejam com efeito os objetos de uma paixão [...] Os objetos nesse sentido são, fora da prática que deles temos, num dado momento, algo diverso, profundamente relacionado com o indivíduo, não unicamente um corpo material que resiste, mas uma certa mental onde reino, algo que sou o sentido, uma propriedade, uma paixão (Baudrillard, 2002: 93-94).*

Aqui, Baudrillard (2002: 94) afirma que todo objeto possui “duas funções: uma que é a de ser utilizado e a outra, a de ser possuído”. Portanto, “quando o objeto não é mais especificado por sua função, é qualificado pelo indivíduo [...]” (Baudrillard, 2002: 94). Dessa forma, verifica-se a diferença entre uso e apropriação. Há, sim, o objeto funcional, relacionado diretamente à atividade/ação à qual ele se destina, e o objeto possuído, denominado pelo autor como objeto-paixão, dotado de caráter afetivo para um determinado ser. Este último objeto, elemento relacionado diretamente à memória e à identidade humana, tende a assumir uma importância ainda maior no estabelecimento de uma relação afetiva indivíduo/meio quando a pessoa em questão adentra a velhice, dado o seu maior percurso vivencial se comparado a outras gerações e probabilidade de carregar traços sociais, culturais e históricos.

Após as conjecturas até aqui tecidas, são estabelecidos os elementos identitários, elementos existentes no Lugar, de caráter afetivo para o idoso, que propiciam os intervalos do apego. Enquanto o apego remete diretamente à afetividade – um conceito cuja importância por vezes é maximizada na velhice – o intervalo constitui o espaço intersticial existente entre o indivíduo e os elementos espaciais. Logo, os intervalos do apego consistem nas relações afetivas verificadas entre a pessoa idosa e o meio<sup>5</sup>, balizadas por elementos identitários.

## 5. Considerações Finais

A existência de uma identidade comum entre o idoso e o meio, baseada em aspectos sociais, culturais e históricos desse Ser, revela-se condição básica para estabelecimento de Lugares e consequente bem-estar da pessoa idosa. Os elementos identitários, balizadores desse vínculo afetivo e da constituição dos intervalos do apego, uma vez organizados, podem configurar uma importante base de dados, não somente para a análise da afetividade no ambiente construído, quanto para a orientação de intervenções e proposições junto a esses espaços.

Somente por meio da plena contemplação das expectativas afetivas dos idosos, acompanhada das soluções funcionais necessárias junto a esse público, especialmente em acessibilidade, poderão ser eliminadas as rupturas por vezes constatadas na relação entre o indivíduo na velhice e o meio. Por conseguinte, o entendimen-

---

<sup>5</sup> Em tempo, do mesmo modo que a pesquisa acerca da relação afetiva engloba fenômenos como afeição e rejeição, o estudo sobre os intervalos do apego envolve tanto apegos, quanto desapegos.

to acerca dos intervalos do apego é essencial ao fortalecimento do sentimento de pertencimento da pessoa idosa e melhoria de sua qualidade de vida. (8)

## Referencias

- Associação Brasileira de Normas Técnicas, 2015. NBR 9050: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. 2015. Rio de Janeiro.
- Augé, Marc, 1999. O sentido dos outros: atualidade da antropologia. Petrópolis: Vozes.
- Azevedo, Ricardo de, 2007. "Idosos: sujeitos de seu tempo, in Neri, Anita Liberalesso, org., Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Edições SESC SP.
- Baudrillard, Jean, 2002. O sistema dos objetos. 4. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Beauvoir, Simone de, 1990. A velhice. Tradução de Maria Helena Franco Monteiro. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Bosi, Ecléa, 1994. Memória e sociedade: lembrança dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras.
- Brasil. Leis. Lei nº 13146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 6 jul. 2015. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. Leis. Lei nº 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 3 out. 2003. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2003/l10.741.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a política nacional do idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 5 jan. 1994. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8842.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8842.htm)>. Acesso em: 22 fev. 2018.
- Coelho Netto, João Teixeira, 1999. A construção do sentido na arquitetura. 4. ed. São Paulo: Perspectiva.
- Cullen, Gordon, 2004. Paisagem urbana. Tradução de Isabel Correia e Carlos de Macedo. Lisboa: Edições 70.
- Duarte, Fábio, 2002. Crise das matrizes espaciais: arquitetura, cidades, geopolítica, tecnocultura. São Paulo: Perspectiva / FAPESP.
- Elias, Norbert, 2001. A solidão dos moribundos, seguido de, Envelhecer e morrer. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar.
- Ferrigno, José Carlos, 2006. "A identidade do jovem e a identidade do velho: questões contemporâneas", in Serviço Social do Comércio, Velhices: reflexões contemporâneas. São Paulo: SESC; PUC.
- Halbwachs, Maurice, 2004. A memória coletiva. Tradução de Laís Teles Benoir. São Paulo: Centauro.
- Hunt, Michael E., 1991. The Design of Supportive Environments for Older People. In: Congregate Housing for the elderly. Haworth Press.

- Ittelson, William H. et al., 1974. *An introduction to Environmental Psychology*. New York: Holt, Rinehart and Winston, Inc.
- Jesuino, Jorge Correia, 2015. "Posfácio: a idade da sabedoria", in PAÚL, Constança; ribeiro, Oscar, coord., *Manual de Gerontologia: aspectos biocomportamentais, psicológicos e sociais do envelhecimento*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, lda.
- Leitão, Lúcia, 2002. "Espaço do abrigo? Espaço do afeto!", in Del Rio, Vicente; Duarte, Cristiane Rose de Siqueira; Rheingantz, Paulo Afonso, orgs., *Projeto do lugar: colaboração entre psicologia, arquitetura e urbanismo*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / PROARQ.
- Lopes, Ruth Gelehrter da Costa, 2007. "Imagem e autoimagem: da homogeneidade da velhice para a heterogeneidade das vivências", in Neri, Anita Liberalesso, org., *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / SESC SP.
- Lopes, Policarpo, 2006. "Etnicização do espaço e produção de identidade" in Balsa, Casimiro, org., *Relações sociais de espaço – Homenagem a Jean Remy*. Lisboa: Colibri / CEOS.
- Lynch, Kevin, 1997. *A imagem da cidade*. Tradução de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes.
- Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria, 2009. *Fundamentos de metodologia científica*, 6. ed., São Paulo: Atlas.
- Miranda, Danilo Santos de, 2007. "Legado de vivências" in Neri, Anita Liberalesso, org., *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo / SESC SP.
- Oliveira, José Francisco P, 2013. "O envelhecimento nos caminhos da filosofia" in Freitas, Elizabete Viana de et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*, 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Pallasmaa, Juhani, 2017. *Habitar*. Tradução e revisão técnica Alexandre Salvaterra. São Paulo: Gustavo Gili.
- Peirce, Charles Sander, 2012.. *Semiótica*, 4. ed., Tradução de José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva.
- Perracini, Mônica Rodrigues, 2013. "Planejamento e adaptação do ambiente para pessoas idosas", in Freitas, Elizabete Viana de et al. *Tratado de geriatria e gerontologia*, 3.ed., Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Rossi, Paolo, 2010. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. Tradução de Nilson Moulin. São Paulo: UNESP.
- Santaella, Lúcia, 2008. *Semiótica aplicada*. São Paulo: Cengage Learning.
- Santos, Milton, 2006. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*, 4. ed., São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo.
- Sommer, Robert, 1973. *Espaço pessoal: as bases comportamentais de projetos e planejamentos*. Tradução de Dante Moreira Leite. São Paulo: Ed. Pedagógica e Universitária Ltda., Ed. da Universidade de São Paulo.
- Stea, David, 1978. "Espacio, territorio y movimientos humanos", in Proshansky, Harold M.; Ittelson, William H.; Rivlin, Leanne G. *Psicologia ambiental: el hombre y su entorno físico*. Cidade do México: Trillas.

Todorov, Tzvetan, 2014. A vida em comum: ensaio de Antropologia geral. Tradução de Maria Angélica Deângeli, Norma Wimmer, 1. ed., São Paulo: Unesp.

Tótoro, Silvana, 2015. Velhice: uma estética da existência. São Paulo: EDUC; FAPESP.

Tuan, Yi-Fu, 2013. Espaço e lugar: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel.

\_\_\_\_\_, 2012. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel.

Vigarello, Georges, 2016. O sentimento de si: história da percepção do corpo, séculos XVI-XX. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis: Vozes.

## Sobre el autor/About the author

Emmanuel Sá Resende Pedroso Arquiteto e Urbanista (UFJF), Mestre em Arquitetura e Urbanismo (UFSC) e Doutor em Ciências em Arquitetura (UFRJ), Professor Adjunto do Departamento de Projeto, Representação e Tecnologia em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Juiz de Fora (FAU/UFJF) e líder do Grupo de Pesquisa "ID - Grupo de Estudos sobre o Indivíduo Idoso"

## URL estable documento/stable URL

<http://www.gigapp.org>

El Grupo de Investigación en Gobierno, Administración y Políticas Públicas (GIGAPP) es una iniciativa impulsada por académicos, investigadores y profesores Iberoamericanos, cuyo principal propósito es contribuir al debate y la generación de nuevos conceptos, enfoques y marcos de análisis en las áreas de gobierno, gestión y políticas públicas, fomentando la creación de espacio de intercambio y colaboración permanente, y facilitando la construcción de redes y proyectos conjuntos sobre la base de actividades de docencia, investigación, asistencia técnica y extensión.

Las áreas de trabajo que constituyen los ejes principales del GIGAPP son:

1. Gobierno, instituciones y comportamiento político
2. Administración Pública
3. Políticas Públicas

### Información de Contacto

Asociación GIGAPP.  
[ewp@gigapp.org](mailto:ewp@gigapp.org)